

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANDRÉ SIMÕES DE ALBUQUERQUE

**PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA: uma visão de
conjunto**

João Pessoa, PB
2016

ANDRÉ SIMÕES DE ALBUQUERQUE

PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA: uma visão de conjunto

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

João Pessoa, PB
2016

A345p Albuquerque. André Simões de

PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA: uma visão de conjunto / André Simões de Albuquerque. – João Pessoa, 2018. 68f.: il

Orientador(a): Profº Dr. Ivan Targino Moreira . Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas. 3. Estabelecimentos agropecuários.
I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:33(043.2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia do aluno André Simões de Albuquerque, matrícula 11217547, intitulada “**PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA: uma visão de conjunto**”, foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pelos seguintes professores: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira, Profa. Dra. Márcia Cristina Silva Paixão e Prof. Ms. Alysson André Oliveira Cabral no dia 17 de junho, às 10h00, no período letivo de 2015.2.

A monografia foi _____ pela Comissão Examinadora e obteve nota (_____).

Reformulações sugeridas: Sim () Não ()

Atenciosamente,

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
(Orientador)

Profa. Dra. Márcia Cristina Silva Paixão
(Examinador)

Prof. Ms. Alysson André Oliveira Cabral
(Examinador)

Prof. Ms. Ademário Félix de Araújo Filho
(Coordenador de Monografia)

Prof. Dr. Adriano Firmino Valdevino de Araújo
(Coordenador do Curso)

Prof. Dr. Sinézio Fernandes Maia
(Chefe de Departamento)

Ciente: _____
André Simões de Albuquerque (Aluno)

“Estudante, aplica-te com espírito de apóstolo aos teus livros, com a convicção íntima de que essas horas e horas são já – agora! – um sacrifício espiritual oferecido a Deus, proveitosa para a humanidade, para o teu país, para a tua alma. ”

São Josémaria Escrivá

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus. Fonte imensurável de amor. Que com toda a sua benignidade governa meus caminhos e conduz-me na retidão de sua vontade, não permitindo que as angústias e fraquezas destruam a minha fé e esperança, concedendo-me força e coragem quando a fragilidade teima em se instalar.

Aos meus, tão amados, pais e irmãos. Professores da minha vida. Alicerces de uma educação íntegra, cujas lições foram e continuam sendo baseadas em princípios éticos. Formadores do meu caráter. Fonte de apoio e incentivo incondicional. Seres humanos incríveis que nunca mediram esforços para me proporcionar o melhor. Torcedores da minha felicidade e realização. Pavimento de tudo que eu chamo de lealdade, companheirismo, dedicação e amor.

A Raissa, amor da minha vida e certeza do meu futuro.

Aos meus professores, que foram verdadeiros guias em todo meu conhecimento sobre a Ciência Econômica e suas particularidades.

Manifesto meu reconhecimento de forma particular aos meus colegas do Curso, ao meu grupo de pesquisa e aos funcionários da secretaria da instituição que foram uma ajuda sem igual para todas minhas conquistas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por acreditar na potencialidade da iniciação científica como construtor de novas ideias para a sociedade e me garantir fazer parte de tudo isto.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ivan Targino Moreira, pela atenção, motivação e respeito que sempre pautou a nossa relação durante mais de três anos de pesquisa. A sua dedicação ao ensino por completo, me indicou como devo conduzir minha profissão.

RESUMO

A valorização dos aspectos familiares, a estruturação dos estabelecimentos agropecuários e a necessidade de espaço produtivo são as causas pelos quais produtores familiares lutam desde tempos passados até os dias de hoje. Motivados por estas demandas, este estudo busca elaborar um perfil da agricultura familiar paraibana, identificando se as informações encontradas influenciam na produção e na geração do emprego do setor agropecuário do estado. As análises deste perfil, são fundamentadas na visão dos teóricos que entendem a agricultura familiar como uma estrutura produtiva de essência camponesa. Os dados utilizados foram retirados do Censo Agropecuário de 2006 gerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e confrontados a partir da estatística descritiva com os números totais do estado e os números totais da agricultura patronal. A fim de traçar este perfil e obter os objetivos específicos, foram colhidas informações acerca da estrutura fundiária do estado, das características dos produtores rurais, da base técnica da produção e financiamento destes estabelecimentos, da produção agrícola e pecuária, dos valores destas produções e das receitas obtidas e do pessoal ocupado no meio rural paraibano. Em todo o desenvolver do texto, pode-se notar a elevada importância da agricultura familiar para o setor agropecuário da Paraíba como um todo, seja na produção, na geração de emprego, ou até mesmo no número de pessoas envolvidas. Assim, por mais que as instituições tenham consciência desta importância, e tendo com algumas políticas públicas alcançado resultados satisfatórios para o desenvolvimento deste segmento, estas ainda não fornecem soluções capazes de suprir algumas demandas como escolaridade, técnicas de produção e financiamentos. Logo, este estudo entende que é necessário um maior envolvimento do produtor familiar na elaboração das políticas que o beneficiam, descrevendo a verdadeira realidade do meio rural em que vivem e lutando por umas soluções efetivas.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Políticas públicas. Estabelecimentos agropecuários.

ABSTRACT

This study seeks to elaborate a profile of paraibana familiar agriculture, identifying your role in generation production and the use of state farming sector. This profile is based on a theoretical vision which understands the familiar agriculture as a productive structure of peasant essence. The data used were gathered from the Censo Agropecuário de 2006 produced by Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) and faced from the descriptive statistics with the total numbers of the state and the total numbers of commercial farmers. In order to find out the profile and to ge the specific objectives, were gathered informations about the agrarian structure of the state, the characteristics of farmers, the technical basis of production, and financing of these establishment, agricultural and livestock production, the values of these productions and revenues and employed persons in Paraiba countryside. The data collected show how important is the farming family to the agricultural sector of Paraiba in a such way, as in the production, or as in jobs creation. Therefore, despite of the conscience of the institutions about this subject, and even achieved with some public politics satisfactory results to the development of the sector, they have not offered any solutions able to meet some demands such as education, production techniques and financing.

KEYWORDS: Familiar Agriculture, Public policies, agricultural property.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Curva de Lorenz.....	16
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linhas de Crédito do PRONAF.....	8
Quadro 2 – Crédito disponível proveniente do PRONAF por destinatário e grupo de crédito.....	10
Quadro 3 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos - 2012.....	12

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Índice de Gini para Estrutura Fundiária da região Nordeste -2006.....	21
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total no Brasil.....	198
Tabela 2 – Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total na região Nordeste.....	19
Tabela 3 – Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total no Estado da Paraíba.....	20
Tabela 4 – Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área nos estados da região Nordeste	22
Tabela 5 – Condição do produtor segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no Estado da Paraíba.....	23
Tabela 6 – Sexo do produtor que dirige o estabelecimento segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	24
Tabela 7 – Classe de idade do produtor segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	25
Tabela 8 – Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	26
Tabela 9 – Tempo em que o produtor dirige o estabelecimento segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	27
Tabela 10 – Orientação técnica segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	28
Tabela 11 – Tipo de máquina e implemento agrícola segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	28
Tabela 12 – Uso de tratores segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	298
Tabela 13 – Tipo de equipamento utilizado na aplicação do agrotóxico, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	30
Tabela 14 – Produtos utilizados na adubação, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	31
Tabela 15 – Método utilizado para irrigação, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	321

Tabela 16 – Tipo de força de tração animal e/ou mecânica, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	332
Tabela 17 – Tipo de fonte de energia elétrica, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	34
Tabela 18 – Finalidade do financiamento segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	35
Tabela 19 – Financiamento por tipo de agricultor pronafiano, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	365
Tabela 20 – Tipo de investimento, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	376
Tabela 21 – Produção Agrícola nos estabelecimentos agropecuários do Estado da Paraíba, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar	39
Tabela 22 – Produtividade agrícola nos estabelecimentos agropecuários do Estado da Paraíba, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar - FAO	40
Tabela 23 – Espécie de efetivo na pecuária, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	42
Tabela 24 – Valor da produção agrícola nos estabelecimentos agropecuários do Estado da Paraíba, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar	43
Tabela 25 – Receitas obtidas, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	44
Tabela 26 – Principais aspectos em relação ao pessoal ocupado, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	45
Tabela 27 – Tipo de mão de obra, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	46
Tabela 28 – Forma de mão de obra, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MF – Ministério da Fazenda

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OGU – Orçamento Geral da União

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
2.1	O Conceito de Agricultura Familiar	4
2.2	Reprodução da Agricultura Familiar no Contexto de uma Economia de Mercado	5
2.3	Programas e Políticas Públicas Voltadas para a Agricultura Familiar	7
2.3.1	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	7
2.3.2	Programa para Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural)	11
2.3.3	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	12
2.3.4	Política Agrária	14
3.	METODOLOGIA	15
4.	AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA: RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
4.1	Estrutura Fundiária.....	18
4.2	Características do Produtor	23
4.2.1	Condição do produtor	23
4.2.2	Sexo do Produtor	24
4.2.3	Classe de idade do produtor	25
4.2.4	Nível de instrução do produtor	25
4.2.5	Tempo em que o produtor dirige o estabelecimento	26
4.3	Base Técnica da Produção e Financiamento.....	27
4.3.1	Orientação técnica.....	27
4.3.2	Tipo de máquina e implemento agrícola	28
4.3.3	Uso de tratores.....	29
4.3.4	Uso de agrotóxico	30
4.3.5	Uso de adubação.....	30
4.3.6	Uso de irrigação.....	31
4.3.7	Tipo de força de tração animal e/ou mecânica	33
4.3.8	Uso de energia elétrica	34
4.3.9	Financiamento	34
4.3.10	Investimento.....	36
4.4	Produção Agropecuária.....	38
4.4.1	Produção Agrícola.....	38
4.4.2	Produtividade da produção agrícola nos estabelecimentos agropecuários do estado da Paraíba	40

4.4.3 Produção pecuária.....	41
4.5 Valor da Produção e Receitas Obtidas	42
4.5.1 Valor da produção agrícola	42
4.5.2 Valor da produção pecuária.....	43
4.5.3 Receitas obtidas	44
4.6 Pessoal Ocupado.....	45
4.6.1. Principais aspectos em relação ao pessoal ocupado	45
4.6.2 Tipo de mão de obra.....	46
4.6.3 Forma de mão de obra	47
5. CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

O contexto histórico brasileiro indica que o processo de produção do espaço agrário foi sustentado através de um excedente colonial para exportação para a metrópole. Este excedente era produzido a partir do sistema de plantations, fundado na monocultura, na mão de obra escrava e no latifúndio. A legislação que amparava este modo de produção permitia a concessão de grandes latifúndios a indivíduos que tivessem condições de explorar os mesmos, o que geraria o primeiro confronto por terras entre os amparados por estas leis e os que nelas já moravam. Uma outra lei que viria para reforçar esta concentração fundiária foi a Lei de Terras (1850), esta ditava que o acesso à terra só seria possível através do mercado. A agricultura familiar neste cenário toma um papel secundário, se limitando as áreas menos férteis e a menor parcela da área total dos estabelecimentos agropecuários. Por mais que esta unidade de produção familiar apresente tantas dificuldades de se estabelecer no cenário nacional, ela vem ganhando importância nos quesitos de geração de emprego, políticas públicas, reforma agrária, crédito rural, fornecimento de alimentos e por ser sustentável nos âmbitos econômicos e ambientais (MOREIRA, 2009).

Ao se buscar na literatura contribuições para o conceito de agricultura familiar, observa-se duas vertentes em destaque: uma que entende que a agricultura familiar é uma nova categoria gerada a partir do desenvolvimento da sociedade capitalista, enquanto a outra compreende que a agricultura familiar é um conceito em evolução, tendo raízes no modo camponês de produção (ALTAFIN, 2007).

A segunda vertente de interpretação da agricultura familiar será a adotada neste estudo, ela compreende que as raízes históricas da agricultura familiar estão no modo de produção camponês, conforme cita Wanderley (1999): “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999: 52). Lamarche (1998), outro teórico desta mesma linha, diz que a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade. Por exemplo o produtor familiar pode produzir para o seu convívio familiar e subsistência, no modo camponês, não impedindo de o mesmo produzir parcela para o mercado. Ao somar estas funções a agricultura familiar toma uma nova identidade. Esta busca pelo excedente não faz a agricultura familiar perder sua essência, pois este mesmo excedente é realizado a partir do uso da natureza e seus ciclos biológicos.

Em outras palavras a agricultura familiar é aquela que além de deter os meios de produção, está ligada a organização e execução das atividades produtivas (WANDERLEY, 1999; CHAYANOV, 1981). Este modo de produção pode se integrar ao mercado, como também pode deter em sua unidade produtiva assalariados permanentes ou temporários.

Dado o que foi exposto, a principal questão a ser discutida neste trabalho será: quais são as características da agricultura familiar paraibana, e como estas influenciam na produção e geração de emprego no setor agropecuário paraibano segundo o Censo Agropecuário de 2006?

A importância deste segmento familiar é atestada em números pelo Censo Agropecuário de 2006. Este registro indica que no Brasil existem 5.175.489 estabelecimentos rurais, que ocupam uma área de 329,9 milhões de hectares. Deste total, 4.367.902 unidades de estabelecimento rurais são caracterizadas como agricultura familiar, ocupando uma área de 80,2 milhões de hectares. Isto, evidencia que 84,3% do total de estabelecimentos rurais são de agricultura familiar, detendo apenas 24,3 % da área total. A relevância deste segmento também atinge a produção agropecuária, pois do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), do ano de 2006, cerca de R\$ 54,3 bilhões foram oriundos da agricultura familiar, sendo esta parcela referente a 37,8% do VBP total. Ao confrontar os dados do VBP com a área ocupada, pode-se chegar ao valor da produtividade média, esta variável indica que a agricultura familiar produziu R\$ 677,90 ha/ano, valor superior ao da agricultura não familiar que foi de R\$ 358, 24. Em relação ao nível de ocupação da mão de obra, as unidades familiares apresentam 86,2% do pessoal ocupado no setor agropecuário nacional. Um ponto ainda a ser corrigido trata-se dos financiamentos, pois pelo Censo de 2006, cerca de 82,1% dos estabelecimentos rurais declararam não ter acesso a algum tipo de auxílio financeiro por parte do governo, enquanto a parcela de não participação de programas de financiamento na agricultura não familiar é de apenas 6,3%.

Ao contextualizar com o espaço geográfico adotado pela pesquisa, pode-se dizer previamente que na Paraíba, a agricultura familiar também detém elevada importância, principalmente em termos de concentração fundiária e pessoal ocupado. Por exemplo, 92,01% dos estabelecimentos agropecuários da Paraíba são de agricultura familiar, enquanto estes mesmos detêm 54,97% da área total de estabelecimentos agropecuários. Já em relação ao pessoal ocupado, nota-se que 88,64% do total de indivíduos empregados com agricultura na Paraíba, trabalham como agricultores familiares.

O estudo é justificado devido à escassez de uma visão ampla sobre a agricultura familiar paraibana, pois por mais que existam alguns trabalhos abordando a temática da produção

familiar, estes focam em análises específicas e terminam por esquecer a importância de uma visão do Estado como um todo. Além deste motivo, é necessário colocar em pauta a importância da agricultura familiar para o país e para o Estado da Paraíba, no que se refere aos seus indicadores favoráveis de produtividade, pessoal ocupado, sustentabilidade e qualidade de vida. A intenção de estudar a pequena produção familiar é fortalecer as discussões sobre o tema, buscando a implantação e intensificação de políticas públicas e maior interação entre o agricultor familiar e as autoridades.

Assim, para obter os resultados esperados, o trabalho tem por objetivo geral, traçar o perfil da agricultura familiar, em termos da organização da produção e do trabalho no Estado da Paraíba. Para alcançar este objetivo maior, é necessário cumprir alguns objetivos específicos: a) identificar a concentração fundiária que existe no Estado da Paraíba; b) estudar a condição do produtor familiar; c) traçar o perfil da base técnica da produção familiar; d) apontar as formas da utilização das terras e da pequena produção familiar; e) informar as receitas e valores da produção dos estabelecimentos familiares; e f) compreender a composição do emprego nas unidades familiares de produção.

Desta forma, além da introdução, este estudo compõe outros quatro capítulos, sendo o segundo uma fundamentação teórica sobre a temática estudada, o terceiro um detalhamento da metodologia adotada, o quarto os resultados obtidos a partir da metodologia executada e o último uma conclusão de todas as informações levantadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo irá abordar os conceitos necessários para compreensão da agricultura familiar a partir dos seguintes pontos: a) o conceito de agricultura familiar; b) reprodução da agricultura familiar no contexto de uma economia de mercado; e c) programas e políticas públicas do governo voltadas para a agricultura familiar.

2.1 O Conceito de Agricultura Familiar

Em uma visão de conjunto, a agricultura familiar pode ser definida como uma unidade de produção dirigida pelo próprio arrendatário ou proprietário, apresentando um alto grau de integração entre o trabalho e a gestão dos estabelecimentos. Este tipo de produção tem ênfase na diversificação de produtos, qualidade de vida e utilização de práticas sustentáveis. O seu maior objetivo é a própria subsistência da família, tendo assim o trabalho assalariado apenas como uma prática complementar.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entende que este tipo de produção familiar é responsável por:

(...) garantir alimentos saudáveis e de qualidade na mesa de brasileiras e brasileiros, tanto que 70% da produção de alimentos consumidos provêm deste setor. É por isso que a Agricultura Familiar é reconhecida como ilidade concreta de promoção do desenvolvimento local com sustentabilidade econômica, social e cultural. Gera postos de trabalho em número bem maior que a agricultura empresarial, se preocupa com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental e preserva as tradições e os costumes locais. (CONTAG. 2012)

O termo agricultura familiar apresenta uma certa dificuldade de conceituação no Brasil, porque os produtores familiares assumem figuras sociais das mais diferentes formas conforme sua região de origem, seus valores e ideologias, suas condições socioeconômicas, seus critérios de decisão e suas práticas agrícolas. A dificuldade de classificação trouxe ao campo da agricultura familiar diversas definições até a chegada da Lei da Agricultura Familiar. (SILVA e JESUS, 2013)

A contribuição mais relevante antes da lei, partiu de um estudo em conjunto entre a FAO (Food and Agriculture Organization) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), neste os critérios adotados para definir a agricultura familiar foram: a) a direção do estabelecimento é gerida pelo próprio produtor; b) o trabalho familiar deve ser maior que o

trabalho assalariado; e c) o limite do tamanho da propriedade é de 15 módulos fiscais médios regionais.

A Lei da Agricultura familiar (2006) foi um dos resultados no avanço das discussões sobre a temática das unidades de produção familiar, esta foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 24 de julho de 2006. A nova instituição fornece os parâmetros, princípios, e instrumentos para a formulação de políticas públicas por parte do governo em favor deste tipo de produção (ANDRADE, 2011). Assim, a agricultura familiar é definida em lei como a unidade de produção que respeita os seguintes critérios:

I - não deter área maior do que quatro módulos fiscais 1; II - utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; III - a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e IV - o estabelecimento ser dirigido pelo (a) agricultor (a) com sua família (art.3). (LEI Nº 11.326)

2.2 Reprodução da Agricultura Familiar no Contexto de uma Economia de Mercado

Esta abordagem tem como fonte teórica as ideias de Alexander Chayanov, economista russo que a partir de uma visão da Rússia na década de 1920, pôde gerar uma contribuição teórico-prática que estende o entendimento até o contexto contemporâneo, aí inclui-se a dinâmica do campesinato no Brasil. Maria Nazareth Baudel Wanderley (1989) interpreta a obra de Chayanov a partir de uma dupla motivação: primeiro, Chayanov apresenta uma proposta teórica original acerca do funcionamento da pequena produção familiar e a segunda, seria o cunho político de sua obra, de não somente descrever a situação deste segmento de produção, mas defender com intensidade as potencialidades do campesinato e suas especificidades.

Lúcia H. O. Geraldi e Giancarla Salamoni (1994) descreve que em resumo Chayanov buscou fazer uma análise microeconômica interna da produção familiar, assim entendendo que cada família tem a sua especificidade devido a dinâmica demográfica, a idade dos membros da família e as funções que cada um assumem nesta produção.

Chayanov, quando se refere a temática do campesinato, relata que:

Os outros tipos – não capitalista – de vida econômica são considerados destituídos de importância ou em vias de desaparecimento; de qualquer modo, considera-se que não tem qualquer influência nos problemas fundamentais da economia moderna e, por conseguinte, que não apresentam qualquer interesse teórico. (CHAYANOV, 1924, p.478)

Este mesmo autor defende que a agricultura familiar tem por natureza uma produção pré-capitalista, não significando que esteja atrasada ou incapacitada de funcionar paralelamente

a produção capitalista, mas sim possibilitando a coexistência dos dois tipos de produção capitalista e não capitalista. (CHAYANOV, 1924)

Em uma economia camponesa, o fenômeno social do salário não existe, porque o rendimento que o produtor familiar ganha é o próprio produto bruto da sua exploração. Por consequência, não se pode mensurar o fenômeno social do lucro líquido, fazendo assim com que o cálculo capitalista do lucro seja impossível de ser aplicado. O rendimento do produtor camponês, segundo Chayanov (1924), funciona da seguinte maneira:

O camponês ou o artesão que gerem a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto de sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção e materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou por outras palavras, o produto do trabalho desta família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento. (CHAYANOV, 1924, p. 482)

Este produto do trabalho familiar tem sua importância determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o quanto a família se auto explora ao longo do ano para que encontre a sua satisfação, tendo por restrição a fadiga gerada pelo trabalho. (CHAYANOV, 1974)

Francisco de Assis Costa (1995) relata que para uma sociedade em que o processo de produção se tornou o processo de mais valia, a instituição família não conseguiria se comportar como empresa, pois não haveria um contrato de compra e venda de trabalho bem firmado. Segundo este autor, Chayanov diferencia a economia da pequena produção familiar da economia empresarial, quando se entende que a motivação de funcionamento desta última é a própria maximização da produção, enquanto no segmento familiar é a “maximização da reprodução”.

Então, a lógica do modo de produção camponês funciona diferente do modo capitalista no que se refere aos seus objetivos, enquanto o campesinato objetiva o consumo, a aquisição de produtos para a subsistência e a reprodução familiar, o modo de produção capitalista objetiva a acumulação de capital. (SILVA, 2013)

A agricultura familiar foi um termo introduzido por volta da década de 90, tomando “em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado” (BOMBARDI, 2003, 107 – 117). Este termo teve a intenção de confrontar com a ideia de que a pequena produção familiar se aproxima do modo de produção

camponês. Esta nova denominação abstrai a real essência da pequena produção familiar, visto que o campesinato responde a um sistema econômico não capitalista, com foco nas necessidades das famílias e não no lucro econômico.

No Brasil, o desenvolvimento desigual e contraditório do capital no campo implica em um desenvolvimento pelas relações capitalistas articuladas as relações não capitalistas. Assim o campesinato persiste como relação não capitalista reproduzida no interior do sistema capitalista. (OLIVEIRA, 1997)

2.3 Programas e Políticas Públicas Voltadas para a Agricultura Familiar

O surgimento de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar é o reflexo do aumento na discussão sobre a temática, a partir dos anos 1990. Dentre todas ações por parte do governo, existem algumas que assumem caráter de maior importância, seja pela ajuda financeira, ou seja pela meta física atingida. Dentre estas, pode-se citar: a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); b) Programa para Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural); c) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e d) Política Agrária.

2.3.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Ao entender que a agricultura familiar responde aproximadamente por 70% do consumo de alimentos do país, entende-se também a necessidade da criação programas de financiamento particulares que atendam a demanda do pequeno produtor. Assim, este programa foi criado em 1995, com o objetivo geral de conceder apoio técnico e financeiro aos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, com foco na força de trabalho, no aumento da capacidade produtiva e nas necessidades da família (MTE, 2010). Segundo o Banco Central do Brasil, o PRONAF:

(...) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. (BACEN, 1995)

O PRONAF apresenta ainda em seu manual alguns objetivos específicos, que envolvem o ajuste das políticas públicas condicionados a realidade rural dos agricultores, o investimento com infraestrutura a fim de melhorar o desempenho produtivo das unidades de produção

familiar, o aumento na profissionalização e escolaridade dos produtores e o incentivo a integração com os mercados de insumo e produto. (SCHNEIDER et al, 2004)

Em se tratando do operacional, o PRONAF apresenta quatro grandes linhas de atuação, estas são:

a) Crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais; b) Financiamento de infra-estrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) Financiamento da pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares. (SCHNEIDER et al; 2004, p.3)

Quadro 1 - Linhas de Crédito do PRONAF

Linha de Crédito	Destino
Pronaf Custeio	Financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros
Pronaf Mais Alimentos	Financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas
Pronaf Agroindústria	Financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural
Pronaf Agroecologia	Financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento

Quadro 1 - Linhas de Crédito do PRONAF

Linha de Crédito	Destino
Pronaf Eco	Financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida
Pronaf Floresta	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas
Pronaf Semiárido	Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida
Pronaf Mulher	Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora
Pronaf Jovem	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros

Quadro 1 - Linhas de Crédito do PRONAF

Linha de Crédito	Destino
Pronaf Cota-Parte	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento
Microcrédito Rural	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C

Fonte: Elaboração própria através das informações no MDA

Uma condição para que o benefício seja alcançado por parte do produtor, é que o mesmo apresente um comprovante de enquadramento denominado Declaração de Aptidão ao Programa (DAP), este documento classifica em qual grupo o produtor familiar pertence perante a linha de crédito (ver em anexo classificação dos grupos). No quadro 2, pode-se identificar como as linhas de crédito, se dividem conforme a renda bruta anual do produtor e as atividades exercidas:

Quadro 2: Crédito disponível proveniente do PRONAF por destinatário e grupo de crédito

Grupo	Destinatário	Crédito disponível
Grupo A	Agricultores assentados pelo INCRA e regularmente cadastrados neste órgão	Até R\$ 18.000,00
Grupo B	Agricultores familiares com uma renda bruta anual de até R\$ 4.000,00	Até R\$ 1.500,00 em até quatro operações
Grupo C	Agricultores familiares com uma renda bruta anual entre R\$ 4.001,00 e R\$ 18.000,00	Até R\$ 6.000,00 para investimento/custeio e até R\$ 5.000,00 para custeio isolado

Quadro 2: Crédito disponível proveniente do PRONAF por destinatário e grupo de crédito

Grupo	Destinatário	Crédito disponível
Grupo D	Agricultores familiares com uma renda bruta anual entre R\$ 18.001,00 e R\$ 50.000,00	Até R\$ 18.000,00 para investimento/custeio e até R\$ 10.000,00 para custeio isolado
Grupo E	Agricultores familiares com uma renda bruta anual entre R\$ 50.001,00 e R\$ 110.000,00	Até R\$ 36.000,00 para investimento/custeio e até R\$ 28.000,00 para custeio isolado

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do MTE (2011)

O PRONAF é tido como um programa de elevada importância para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil devido a sua contribuição frente aos produtores familiares permitindo que estes aumentassem a sua área plantada e além disso obtivessem garantia de renda (ABRAMOVAY, PIKETTY, 2005). Por mais que os benefícios estejam notáveis, algumas críticas podem ser abordadas como: data de liberação dos recursos, elaboração dos projetos sem atender as condições reais dos produtores e a falta de assistência técnica. Esses fatores contribuem para o processo de endividamento dos produtores familiares (TARGINO e COUTO, 2007). É necessário então que o programa seja revisto, aperfeiçoado e avaliado com frequência, pois o mesmo apresenta um valor caro (em termos financeiros) para a sociedade (GUANZIROLI, 2007).

2.3.2 Programa para Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural)

Este programa foi criado em 1995 com o intuito de financiar atividades de investimento e custeio nos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, buscando assim o desenvolvimento do emprego e da renda neste setor.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 1995), o público alvo deste programa são:

Mini e pequenos produtores rurais, que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos: ser proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; utilize preponderantemente mão-de-obra familiar, podendo manter até 2 empregados permanentes; não detenha, a qualquer título, inclusive sob a forma de arrendamento, área de terra superior a 15 módulos fiscais; tenha, no mínimo, 80% de sua renda originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal; resida na propriedade ou em local próximo; comprove, se pessoa jurídica, estar adimplente com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais,

e, se pessoa física, no decorrer da vigência do contrato, regularidade com a Previdência Social. (MTE, 1995)

Os benefícios em termos financeiros, individualmente podem chegar até R\$ 48 mil e coletivamente em até R\$ 240 mil, tendo uma ressalva que o beneficiário não pode ultrapassar R\$ 60 mil no somatório investimento-custeio. (ANDRADE, 2011)

2.3.3 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Criado em 2003, em uma iniciativa específica do governo Lula (2003-2010), este programa tem por finalidade dar acesso aos alimentos a populações que vivem em insegurança alimentar e nutricional, enfatizando não somente a quantidade, mas também a regularidade (MDA, 2012). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, o público alvo envolve cidadãos em risco alimentar, abrangendo indígenas, quilombolas, assentados de reforma agrária e indivíduos que sofrem com desastres naturais.

O programa possui duas finalidades básicas: incentivar a agricultura familiar e a promover acesso a alimentação para a sociedade. Para que estes objetivos sejam alcançados: (...) o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo. (MDA, 2012)

Este é administrado por um Grupo Gestor formado por membros do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, mais recentemente, por membros do Ministério da Educação (MEC). (GRISA et al; 2012)

Quadro 3 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos - 2012

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura para doação simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar - Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização
Compra Direta da Agricultura Familiar	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate a fome e a desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte: MDA

O programa atingiu um resultado satisfatório, no que diz respeito a alteração na matriz produtiva de consumo dos beneficiários; a articulação entre produção e consumo; a elevação dos preços, a garantia de mercado, a criação de novos mercados; e o resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais. (GRISA et al; 2012)

2.3.4 Política Agrária

Esta é um grande instrumento para alcançar o desenvolvimento socioeconômico do país, visto que a concentração de terras e riqueza no país apresenta índices elevados, indicadores bem diferentes dos países desenvolvidos. A sua aplicação se dá por medidas em relação a apropriação de terras, corrigindo distorções na estrutura fundiária.

A importância desta política é unânime no que se refere ao âmbito social, pois ela contribui para uma melhoria considerável na distribuição de renda e na inclusão social no campo (MIRALHA, 2006). Um outro ponto importante desta política é a possibilidade desafogar arrendatários, parceiros, meeiros e mini fundiários, além de proporcionar novas oportunidades no campo para indivíduos excluídos do mercado de trabalho nas periferias que tiveram que se dirigir para as grandes cidades nas décadas de 60/70 devido a cruel modernização e industrialização do país. (AMARANTE, 2015)

Os pontos positivos não se limitam ao âmbito social, no sentido econômico esta política incentiva a produção familiar e fortalece o mercado interno através de uma produção com baixo custo e inclusão de milhares de famílias (MIRALHA, 2006). O sucesso desta política pressupõe o acompanhamento de outras políticas públicas no que diz respeito ao crédito rural e a assistência técnica.

Diante disto, é preciso entender que existe uma grande parcela de indivíduos excluídos do mercado de trabalho brasileiro, e que a reforma agrária seria um dos principais passos para que uma mudança ocorra neste cenário. Os resultados desta reforma seriam o aumento da capacidade produtiva dos produtores familiares e agricultores sem-terra, o aumento do número de consumidores com capacidade de consumo e o aumento da representação dos pequenos produtores na sociedade (AMARANTE, 2015).

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada enquadra-se como de caráter descritivo. Quanto aos recortes espacial e temporal, o trabalho tem como área de estudo o estado da Paraíba a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, sendo este o primeiro censo a abordar a agricultura familiar em seus dados. Os procedimentos metodológicos que serão adotados para o desenvolvimento do estudo seguiram duas linhas de investigação.

A primeira, tendo em vista construir uma visão geral sobre o problema estudado, foram realizados o levantamento e a leitura de material bibliográfico relacionado à temática da pesquisa, aí incluindo dissertações, teses, monografias de conclusão de curso, sítios digitais, livros entre outros. A partir destas leituras pôde-se tecer uma interpretação de como a unidade de produção familiar se comporta internamente, em suas práticas e cultura e externamente, em sua relação com o mercado e a sociedade. A discussão dessas obras foi objeto de encontros quinzenais de um grupo de pesquisa, integrado pelo orientador, por quatro alunos de iniciação científica e por três doutorandos em Geografia.

A segunda frente de investigação reporta-se à coleta e ao tratamento de informações secundárias obtidas junto ao Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estes dados são pano de fundo de toda informação gerada neste escrito, que é apresentada em forma de tabelas e gráficos para maior compreensão do cenário deste segmento.

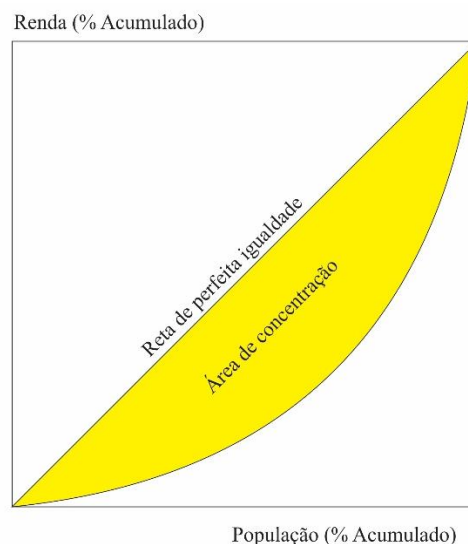
São apresentados dados relativos à estrutura fundiária, características dos produtores, orientações técnicas recebidas pelos agricultores, maquinário, uso de agrotóxicos, irrigação e adubos, financiamentos e suas formas de obtenção, produção agropecuária, produtividade, formas de ocupação da área, além de outras informações, a fim de traçar um perfil detalhado da agricultura familiar no Estado da Paraíba.

Com a possibilidade de fazer um paralelo entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, também foram obtidos dados para este último segmento na abordagem dos resultados. A análise ampla da agricultura familiar do Estado permite aprofundamento deste perfil, para que assim, possa-se comparar o desempenho e características do Estado entre suas mesorregiões e microrregiões. As variáveis utilizadas no escopo do trabalho incluem: a) número e área dos estabelecimentos; b) número de produtores; c) valor da produção; d) quantidade produzida e e) valor dos financiamentos.

Na seção sobre estrutura fundiária se fez necessário a utilização do Coeficiente de Gini, para medir o grau de concentração de renda dos agricultores familiares. Este instrumento é uma medida estatística que mede o grau de concentração de uma dada distribuição. Ele varia de 0 a 1, entendendo que quão mais perto de 0, mais igual é a distribuição em análise e em contrapartida quão mais perto de 1, mais desigual está a distribuição. Este índice é um importante avaliador e ajuda a gerir políticas públicas no que se refere a planejamento e execução.

O cálculo deste índice é baseado na Curva de Lorenz. No eixo X dispõem-se os percentuais acumulados da distribuição, sempre em ordem crescente de renda, e no eixo Y os percentuais acumulados da renda. Na figura abaixo temos uma Curva de Lorenz hipotética.

Figura 1: Curva de Lorenz



A área em amarelo é denominada área de concentração, ou seja, quanto maior esta área, maior é a concentração. De acordo com Hoffman (2011), o coeficiente de Gini pode ser calculado de forma mais simples, através da Fórmula de Brown:

$$G = 1 - \sum_{k=0}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

Fórmula

Onde:

G= coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável “área”

Y = proporção acumulada da variável “proprietário”

Caso exista uma igualdade perfeita, todos os proprietários têm a mesma quantidade de terra e escolhendo qualquer um dos dois indivíduos para colocar na fórmula o resultado será o mesmo. Neste caso, $G = 0$ pois $(X_{k+1} - X_k = 1)$ e $(Y_{k+1} + Y_k = 1)$. Do contrário, em um caso de desigualdade máxima somente um proprietário detém toda a posse da terra e $G = 1$, pois $(Y_{k+1} + Y_k = 0)$. A conclusão que se pode tomar é que uma amostra que estiver entre a igualdade perfeita e a desigualdade máxima sempre assume valor entre 0 e 1. (HOFFMAN, 2011)

4. AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram selecionados a partir de pontos estratégicos para caracterizar a agricultura familiar paraibana, obedecendo a seguinte sequência: a) estrutura fundiária; b) condição do produtor; c) base técnica da produção e financiamento; d) utilização das terras e produção agropecuária; e) receitas e valor da produção e f) ocupação dos produtores.

4.1 Estrutura Fundiária

Segundo o Censo Agropecuário de 2006: “a estrutura fundiária – refere-se à organização das propriedades rurais quanto ao número, tamanho e distribuição pelo País ” (IBGE, 2006). Sabendo disto, a concentração de terras sob posse dos grandes produtores reflete o cenário estudado da estrutura fundiária do Brasil e do Estado da Paraíba, no que tange principalmente a diferença na frequência entre o número de estabelecimentos de agricultura familiar e a área que os mesmos detém em relação ao agronegócio.

Definindo o termo agricultura familiar, com base nos estudos FAO (Food and Agriculture Organization) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), pode-se ver inicialmente em números que no Brasil 87,48% dos estabelecimentos agropecuários são de agricultura familiar, detendo apenas 32,00% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país. Já em relação a agricultura não familiar, esta apresenta uma participação de apenas 12,52% do total do número de estabelecimentos agropecuários, somado a uma participação elevada na área correspondente a 68,00% (ver Tabela 1).

Tabela 1: Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total no Brasil

Grupos de área total		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		
		Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total
Menos de 2 há	(n)	1011934	37.066	1.049.000	798.285	30.444	828.729
	(%)	96,47%	3,53%	100%	96,33%	3,67%	100,00%
2 a menos de 5 há	(n)	745626	46.181	791.807	2.332.890	152.267	2.485.157
	(%)	94,17%	5,83%	100%	93,87%	6,13%	100,00%
5 a menos de 10 há	(n)	587767	48.577	636.344	4.133.767	351.125	4.484.892
	(%)	92,37%	7,63%	100%	92,17%	7,83%	100,00%
10 a menos de 20 há	(n)	670807	65.991	736.798	9.345.903	943.854	10.289.757
	(%)	91,04%	8,96%	100%	90,83%	9,17%	100,00%
20 a menos de 50 há	(n)	741436	102.484	843.920	22.798.634	3.322.244	26.120.878
	(%)	87,86%	12,14%	100%	87,28%	12,72%	100,00%
50 a menos de 100 há	(n)	316205	74677	390.882	21.185.199	5.298.144	26.483.343
	(%)	80,90%	19,10%	100%	79,99%	20,01%	100,00%
100 ha e mais	(n)	230778	241088	471.866	46.193.782	216.793.499	262.987.281
	(%)	48,91%	51,09%	100%	17,57%	82,43%	100,00%
Total	(n)	4304553	616.064	4.920.617	106.788.460	226.891.577	333.680.037
	(%)	87,48%	12,52%	100%	32,00%	68,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

Em um panorama regional, esta diferença entre as participações da agricultura familiar e não familiar no total do número e da área dos estabelecimentos agropecuários não somente se confirma, mas se acentua. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 92,28% do total de estabelecimentos agropecuários nordestinos são de agricultura familiar, ocupando um total de 46,57% da área total. Em relação a agricultura patronal, esta apresenta 7,72% do total de estabelecimento agropecuários da região e 53,43% de área total destes estabelecimentos. (ver Tabela 2).

Tabela 2: Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total na região Nordeste

Grupos de área total		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		
		Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total
Menos de 2 ha	(n)	765.008	21.624	786.632	613.412	17.921	631.333
	(%)	97,25%	2,75%	100%	97,16%	2,84%	100,00%

Tabela 2: Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total na região Nordeste

Grupos de área total		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		
		Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total
2 a menos de 5 ha	(n)	422.740	17.984	440.724	1.262.944	55.590	1.318.534
	(%)	95,92%	4,08%	100%	95,78%	4,22%	100,00%
5 a menos de 10 ha	(n)	254.657	16.382	271.039	1.723.663	112.206	1.835.869
	(%)	93,96%	6,04%	100%	93,89%	6,11%	100,00%
10 a menos de 20 ha	(n)	228.629	18.160	246.789	3.088.352	250.885	3.339.237
	(%)	92,64%	7,36%	100%	92,49%	7,51%	100,00%
20 a menos de 50 ha	(n)	252.438	27.944	280.382	7.657.694	883.957	8.541.651
	(%)	90,03%	9,97%	100%	89,65%	10,35%	100,00%
50 a menos de 100 ha	(n)	102.931	20763	123.694	6.782.412	1.439.188	8.221.600
	(%)	83,21%	16,79%	100%	82,50%	17,50%	100,00%
100 ha e mais	(n)	70.987	52709	123.696	14.301.332	37.884.855	52.186.187
	(%)	57,39%	42,61%	100%	27,40%	72,60%	100,00%
Total	(n)	2.097.390	175.566	2.272.956	35.429.809	40.644.602	76.074.411
	(%)	92,28%	7,72%	100%	46,57%	53,43%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

A Paraíba segue a mesma proporção de participação do Nordeste, tendo 92,01% do total do número de estabelecimentos agropecuários sendo de agricultura familiar, enquanto estes mesmos detêm 54,97% da área total de estabelecimentos agropecuários do Estado. O contrapasso está na realidade dos grandes produtores, que correspondem a 7,99% do total de número de estabelecimentos agropecuários, somado a 45,03% da área total produtiva da Paraíba (ver Tabela 3).

Tabela 3: Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total no Estado da Paraíba

Grupos de área total		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		
		Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total
Menos de 2 há	(n)	44.633	1.238	45.871	36.569	1.067	37.636
	(%)	97,30%	2,70%	100%	97,16%	2,84%	100,00%
2 a menos de 5 ha	(n)	38.663	1.679	40.342	111.090	5.073	116.163
	(%)	95,84%	4,16%	100%	95,63%	4,37%	100,00%
5 a menos de 10 ha	(n)	23.142	1.568	24.710	152.664	10.580	163.244
	(%)	93,65%	6,35%	100%	93,52%	6,48%	100,00%
	(n)	17.698	1.631	19.329	233.675	22.291	255.966

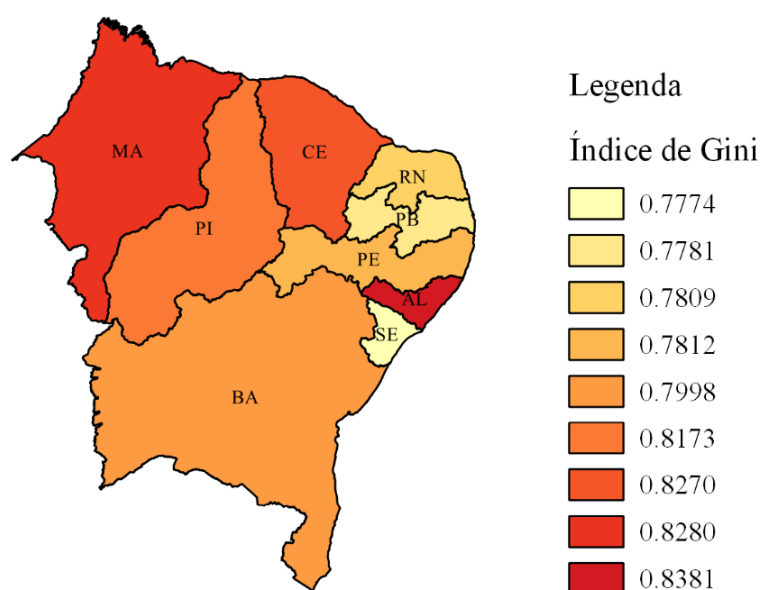
Tabela 3: Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total no Estado da Paraíba

Grupos de área total		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		
		Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total
10 a menos de 20 há	(%)	91,56%	8,44%	100%	91,29%	8,71%	100,00%
	(n)	14.130	1.909	16.039	421.529	59.014	480.543
20 a menos de 50 há	(%)	88,10%	11,90%	100%	87,72%	12,28%	100,00%
	(n)	5.168	1338	6.506	346.004	92.270	438.274
50 a menos de 100 há	(%)	79,43%	20,57%	100%	78,95%	21,05%	100,00%
	(n)	3.832	3423	7.255	780.560	1.515.018	2.295.578
100 ha e mais	(%)	52,82%	47,18%	100%	34,00%	66,00%	100,00%
	(n)	147.266	12.786	160.052	2.082.091	1.705.313	3.787.404
Total	(n)	147.266	12.786	160.052	2.082.091	1.705.313	3.787.404
	(%)	92,01%	7,99%	100%	54,97%	45,03%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

Ao se obter o Índice de Gini para a Estrutura Fundiária dos estados que compõem a Região Nordeste, pôde-se notar que a realidade aponta para uma alta desigualdade em todos estes estados, confirmando os dados anteriores apresentados. Em se tratando do número de estabelecimentos agropecuários e as suas áreas, a Paraíba só é mais desigual que o estado do Sergipe, ficando com um índice de 0,7781 e reconhecendo-se como o segundo estado menos desigual do Nordeste. (ver Mapa 1)

Mapa 1: Índice de Gini para Estrutura Fundiária da região Nordeste -2006



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

Ao comparar as estruturas fundiárias dos estados da região Nordeste, observa-se que a Paraíba tem a terceira menor participação dentre os estados, no que diz respeito a parcela do número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários de cada estado. Por exemplo, no Rio Grande do Norte e na Bahia, 89,33% e 90,85%, dos estabelecimentos agropecuários são de agricultura familiar, tendo em seguida a Paraíba com frequência de 92,01%. Já em relação a área, tratando-se de agricultura familiar, o estado paraibano assume a terceira maior participação dentre os estados do Nordeste, pois como 54,97% da área total dos estabelecimentos rurais paraibanos são de agricultura familiar, somente Ceará (57,0%) e Pernambuco (57,19%) apresentam parcela superior. Vale também destacar que a Paraíba detém somente 7,02% do total de 2.097.390 estabelecimentos de agricultura familiar da região Nordeste. (ver Tabela 4).

Tabela 4: Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área nos estados da região Nordeste

Grupos de área total		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		
		Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total
Maranhão	(n)	212209	15.846	228.055	5.935.507	7.098.060	13.033.567
	(%)	93,05%	6,95%	100%	45,54%	54,46%	100,00%
Piauí	(n)	206944	14.356	221.300	4.802.510	4.704.088	9.506.598
	(%)	93,51%	6,49%	100%	50,52%	49,48%	100,00%
Ceará	(n)	319131	22.351	341.482	4.530.687	3.417.379	7.948.066
	(%)	93,45%	6,55%	100%	57,00%	43,00%	100,00%
Rio Grande do Norte	(n)	70281	8.393	78.674	1.460.527	1.727.401	3.187.928
	(%)	89,33%	10,67%	100%	45,81%	54,19%	100,00%
Paraíba	(n)	147266	12.786	160.052	2.082.091	1.705.313	3.787.404
	(%)	92,01%	7,99%	100%	54,97%	45,03%	100,00%
Pernambuco	(n)	265949	19096	285.045	3.107.894	2.326.182	5.434.076
	(%)	93,30%	6,70%	100%	57,19%	42,81%	100,00%
Alagoas	(n)	110317	7475	117.792	878.809	1.233.766	2.112.575
	(%)	93,65%	6,35%	100%	41,60%	58,40%	100,00%
Sergipe	(n)	91019	7342	98.361	803.972	678.464	1.482.436
	(%)	92,54%	7,46%	100%	54,23%	45,77%	100,00%
Bahia	(n)	674274	67921	742.195	11.827.812	17.753.948	29.581.760
	(%)	90,85%	9,15%	100%	39,98%	60,02%	100,00%

Tabela 4: Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área nos estados da região Nordeste

Grupos de área total		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		
		Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total
Total	(n)	2097390	175566	2272956	35429809	40644601	76074410
Nordeste	(%)	92,28%	7,72%	100%	46,57%	53,43%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.2 Características do Produtor

4.2.1 Condição do produtor

Historicamente, a propriedade sempre foi a principal forma de acesso à terra e nos últimos 10 anos sua importância aumentou consideravelmente (IBGE, 2006). Neste ponto do trabalho será utilizado a definição de agricultura familiar pela Lei 11.326. A condição do produtor de agricultura familiar no estado da Paraíba, não foge desta realidade, demonstra que 67,59% dos produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários tem o seu dono como próprio produtor, seguido da condição de ocupante com 16,23%, da condição de produtor sem área com 4,54%, da condição de assentado com 4,40%, da condição de arrendatário com 3,66% e da condição de parceiro com 3,57%. Este panorama não se altera muito, no que diz respeito a condição de proprietário na agricultura não familiar, pois 73,37% dos produtores que dirigem os estabelecimentos da agricultura não familiar são proprietários de suas terras (ver Tabela 5).

Tabela 5 - Condição do produtor segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no Estado da Paraíba

Condição do produtor	Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Pessoas)		Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do número de Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Proprietário	100.080	67,59%	14.099	73,37%	114.179	87,65%
Assentado sem titulação definitiva	6.520	4,40%	650	3,38%	7.170	90,93%
Arrendatário	5.424	3,66%	659	3,43%	6.083	89,17%
Parceiro	5.291	3,57%	699	3,64%	5.990	88,33%
Ocupante	24.034	16,23%	2.596	13,51%	26.630	90,25%
Produtor sem área	6.720	4,54%	514	2,67%	7.234	92,89%

Tabela 5 - Condição do produtor segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no Estado da Paraíba

Condição do produtor	Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Pessoas)		Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do número de Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Total	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.2.2 Sexo do Produtor

Ainda caracterizando o produtor familiar, no Estado da Paraíba, 83,09% dos produtores a frente dos estabelecimentos agropecuários são homens e 16,92% são mulheres. Esta diferença entre as participações masculina e feminina na direção dos estabelecimentos é reduzida, quando se trata da agricultura não familiar, pois 57,12% dos produtores deste tipo de produção são homens e 47,88% são mulheres. Ainda se observa que 86,49% do total de produtores homens na direção dos estabelecimentos agropecuários são de agricultura familiar e 58,65% do total de mulheres paraibanas que estão à frente destes estabelecimentos, também vivem da produção familiar. (ver tabela 6)

Tabela 6 - Sexo do produtor que dirige o estabelecimento segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Sexo do produtor	Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Pessoas)		Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do número de Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Masculino	123.022	83,08%	19.217	52,12%	142.239	86,49%
Feminino	25.047	16,92%	17.656	47,88%	42.703	58,65%
Total	148.069	100,00%	36.873	100,00%	184.942	80,06%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.2.3 Classe de idade do produtor

Em relação a classe de idade do produtor familiar na Paraíba, destaca-se classe *de 65 anos e mais*, como a maior parcela (22,83%) dentre o total de produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários familiares, porém as parcelas das classes *de 35 a menos de 45 anos*, *de 45 menos de 55 anos* e *de 55 a menos de 65 anos* apresentam valores aproximados de 19,61%, 20,09% e 20,93%, respectivamente. A classe de idade *menor de 25 anos*, apresenta a menor parcela, demonstrando que apenas 3,26% dos produtores familiares tem idade inferior a 25 anos. Ao buscar a realidade da agricultura não familiar, a maior parcela dentre o total de produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários é diferente e corresponde a classe *de 35 a menos de 45 anos* com 24,09%, seguida da parcela de *45 a menos de 55 anos* com porcentagem de 23,20%. (ver tabela 7)

Tabela 7 - Classe de idade do produtor segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Classe de idade do produtor	Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Pessoas)		Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do número de Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Menor de 25 anos	4.832	3,26%	675	3,51%	5.507	87,74%
De 25 a menos de 35 anos	19.666	13,28%	3.111	16,19%	22.777	86,34%
De 35 a menos de 45 anos	29.029	19,61%	4.629	24,09%	33.658	86,25%
De 45 a menos de 55 anos	29.745	20,09%	4.459	23,20%	34.204	86,96%
De 55 a menos de 65 anos	30.989	20,93%	3.454	17,97%	34.443	89,97%
De 65 anos e mais	33.808	22,83%	2.889	15,03%	36.697	92,13%
Total	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.2.4 Nível de instrução do produtor

No quesito nível de instrução do produtor, a Paraíba apresenta 44,77% dos seus produtores sem saber ler e escrever, isto demonstra o baixo nível de instrução destes indivíduos e reivindica a necessidade de políticas eficientes por parte do governo, para que esta realidade mude. Destes 74.903 produtores que não sabem nem ler e nem escrever no estado, 91,54% são produtores de unidades familiares, deixando claro que a maior demanda por instrução está na agricultura familiar. Então, a agricultura familiar na Paraíba apresenta em relação ao seu total

de produtores, três parcelas em destaque, 46,31% não sabem nem ler e nem escrever, 29,33% dos produtores só tem o ensino fundamental incompleto e 11,77% sabem até ler e escrever, porém não detém nenhum tipo de instrução (ver Tabela 8).

Tabela 8 - Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento	Produtores na direção dos trabalhos nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Pessoas)		Produtores na direção dos trabalhos nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do número de Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Alfabetização de adultos	6.604	4,46%	667	3,47%	7.271	90,83%
Ensino fundamental incompleto (1º grau)	43.423	29,33%	5.690	29,61%	49.113	88,41%
Ensino fundamental completo (1º grau)	6.333	4,28%	1.390	7,23%	7.723	82,00%
Ensino médio ou 2º grau completo (técnico agrícola)	865	0,58%	334	1,74%	1.199	72,14%
Ensino médio ou 2º grau completo (outro)	3.669	2,48%	1.559	8,11%	5.228	70,18%
Engenheiro agrônomo	75	0,05%	151	0,79%	226	33,19%
Veterinário	25	0,02%	50	0,26%	75	33,33%
Zootecnista	9	0,01%	19	0,10%	28	32,14%
Engenheiro florestal	1	0,00%	2	0,01%	3	33,33%
Outra formação superior	1.064	0,72%	1.056	5,50%	2.120	50,19%
Nenhum, mas sabe ler e escrever	17.435	11,77%	1.962	10,21%	19.397	89,89%
Não sabe ler e escrever	68.566	46,31%	6.337	32,98%	74.903	91,54%
Total	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.2.5 Tempo em que o produtor dirige o estabelecimento

A maioria dos produtores dos estabelecimentos agropecuários da Paraíba dirigem o seu espaço a 10 anos ou mais, esta realidade se assemelha tanto na agricultura familiar quanto na não familiar, pois 66,83% do total de produtores familiares e 58,05% do total de produtores patronais dirigem suas unidades de produção a este tempo. Um dado importante é que do total de produtores do estado que dirigem seu estabelecimento a 10 anos ou mais, 89,87% são produtores familiares. (ver tabela 9)

Tabela 9 - Tempo em que o produtor dirige o estabelecimento segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tempo em que o produtor dirige o estabelecimento	Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Pessoas)		Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do número de Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Menos de 1 ano	2.966	2,00%	620	3,23%	3.586	82,71%
De 1 a menos de 5 anos	24.201	16,34%	3.992	20,77%	28.193	85,84%
De 5 a menos de 10 anos	21.945	14,82%	3.450	17,95%	25.395	86,41%
10 anos e mais	98.957	66,83%	11.155	58,05%	110.112	89,87%
Total	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.3 Base Técnica da Produção e Financiamento

Nesta etapa do trabalho será utilizada a definição de agricultura familiar pela Lei 11.326.

4.3.1 Orientação técnica

O Censo Agropecuário de 2006 define a orientação técnica como uma assistência prestada por alguns profissionais especializados aos produtores agropecuários, com o intuito de transmitir conhecimento e orientação (IBGE, 2006). Assim, pode-se dizer que a maioria dos estabelecimentos agropecuários da Paraíba não receberam orientação técnica, seja produtor familiar ou não, pois 91,99% dos estabelecimentos de agricultura familiar e 81,97% dos estabelecimentos de agricultura não familiar não receberam qualquer tipo de ajuda técnica. Por mais que a agricultura familiar e não familiar tenha este resultado semelhante, no que diz respeito a não receber orientação técnica, em números, a produção familiar tem um montante de estabelecimentos sem orientação técnica bem superior à agricultura não familiar, basta notar que 89,63% dos estabelecimentos agropecuários paraibanos que não receberam orientação técnica são de agricultura familiar. Na agricultura familiar paraibana, 8,01% dos estabelecimentos receberam algum tipo de orientação técnica, sendo 6,21% uma assistência ocasional e somente 1,80% recebendo uma orientação regularmente. (ver tabela 10)

Tabela 10 - Orientação técnica segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Orientação técnica	Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar (Unidades)		Participação do número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Ocasionalmente	9.194	6,21%	2.146	11,17%	11.340	81,08%
Regularmente	2.666	1,80%	1.319	6,86%	3.985	66,90%
Não recebeu	136.209	91,99%	15.752	81,97%	151.961	89,63%
Total do Estado	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.3.2 Tipo de máquina e implemento agrícola

No ano de 2006, constatou-se que dos 148.069 estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, apenas 14,14% possuíam máquinas ou utilizavam implementos agrícolas. Na produção agropecuária da Paraíba, as principais máquinas utilizadas, tanto na agricultura familiar quanto na agricultura não familiar, eram os arados, grades e/ou enxadas rotativas, roçadeiras e ceifadeiras. Sendo que na agricultura familiar a principal máquina utilizada nos estabelecimentos agropecuários foi o arado, onde 9.278 unidades deste tipo de produção utilizam esta ferramenta, logo seguidos de roçadeiras com 7.397 unidades de estabelecimento utilizando, grades e/ou enxadas com 6.146 estabelecimentos e ceifadeiras com 3.749. Na agricultura não familiar, a principal máquina utilizada foi o arado, com 2.424 do total de estabelecimentos deste tipo de produção utilizando em seu plantio, seguidos de grades e/ou enxadas (1.808) e ceifadeiras (1.696). (ver tabela 11)

Tabela 11 - Tipo de máquina e implemento agrícola segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de máquina e implemento agrícola	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Unidades)		Participação do número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Arados	9.278	6,27%	2.424	12,61%	11.702	79,29%
Grades e/ou enxadas rotativas	6.146	4,15%	1.808	9,41%	7.954	77,27%

Tabela 11 - Tipo de máquina e implemento agrícola segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de máquina e implemento agrícola	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Unidades)		Participação do número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Rozadeiras	7.397	5,00%	1.494	7,77%	8.891	83,20%
Semeadeiras e/ou plantadeiras	522	0,35%	287	1,49%	809	64,52%
Colheitadeiras	246	0,17%	143	0,74%	389	63,24%
Pulverizadores e/ou atomizadores	722	0,49%	320	1,67%	1.042	69,29%
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	20	0,01%	83	0,43%	103	19,42%
Ceifadeiras (picadeira de forragens)	3.749	2,53%	1.696	8,83%	5.445	68,85%
Total com uso de máquina e implemento agrícola	20.931	14,14%	5.089	26,48%	26.020	80,44%
Total do Estado	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.3.3 Uso de tratores

Neste ponto, nota-se que poucos estabelecimentos detêm tratores em sua produção agropecuária, na agricultura familiar apenas 0,57% dos estabelecimentos agropecuários de produção familiar apresentam tratores em seu espaço, já na agricultura não familiar esta parcela é bem superior, 7,19% dos estabelecimentos deste tipo de produção possuem tratores em seus recintos. Em relação ao número de tratores, 31,87% do total de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários paraibanos estão na pequena produção e 68,13% estão na agricultura patronal. (ver tabela 12)

Tabela 12 - Uso de tratores segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Uso de tratores	(n)	(%)
Número de estabelecimentos agropecuários com tratores na agricultura familiar (Unidades)	839	0,57%
Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Unidades)	148.069	100,00%
Número de estabelecimentos agropecuários com tratores na agricultura não familiar (Unidades)	1381	7,19%
Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Unidades)	19.217	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.3.4 Uso de agrotóxico

Neste quesito observou-se o tipo de equipamento utilizado na aplicação do agrotóxico, se houve orientação técnica para esta aplicação, o equipamento de proteção utilizado na aplicação dos agrotóxicos e o número de pessoas intoxicadas na aplicação dos produtos.

Inicialmente, vale-se destacar que apenas 28,71% do total de estabelecimentos familiares usam agrotóxico, diferente da realidade da agricultura não familiar, em que 32,31% do total de seus estabelecimentos usam agrotóxico. Na agricultura familiar e não familiar, o equipamento mais utilizado para a aplicação do agrotóxico é o pulverizador costal, este é utilizado em 23,37% dos estabelecimentos de agricultura familiar e em 27,22% dos estabelecimentos de agricultura não familiar (ver Tabela 13).

Tabela 13 - Tipo de equipamento utilizado na aplicação do agrotóxico, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de equipamento utilizado na aplicação do agrotóxico	Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura não familiar (Unidades)		Participação do número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Pulverizador costal	34.598	23,37%	5.230	27,22%	39.828	86,87%
Pulverizador estacionário	167	0,11%	72	0,37%	239	69,87%
Equipamento de tração mecânica e/ou animal	13	0,01%	84	0,44%	97	13,40%
Por aeronave	2	0,00%	8	0,04%	10	20,00%
Outro equipamento	8.108	5,48%	973	5,06%	9.081	89,29%
Total com uso de agrotóxicos	42.510	28,71%	6.209	32,31%	48.719	87,26%
Total do Estado	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.3.5 Uso de adubação

Em relação a adubação, das 148.069 unidades de produção familiares, apenas 17,89% utilizam esta prática, enquanto dos 19.217 estabelecimentos não familiares, 24,91% adubam suas terras. O tipo de produto mais utilizado para esta prática nos estabelecimentos

agropecuários familiares paraibanos é o esterco e/ou urina animal, pois do total de 26.486 estabelecimentos familiares com uso de adubação, 77,00% utilizam este produto. Outro produto que se destaca na utilização dos estabelecimentos familiares é o adubo químico nitrogenado, em que 6.936 unidades de produção o usam. A agricultura não familiar também apresenta estes dois produtos como os mais utilizados em sua produção agropecuária, porém em maior frequência (ver Tabela 14).

Tabela 14 - Produtos utilizados na adubação, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Produtos utilizados na adubação	Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar (Unidades)		Participação do número de estabelecimentos agropecuários, de agricultura familiar sobre o total de estabelecimentos agropecuários no Estado da Paraíba (Unidades)	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Adubo químico nitrogenado	6.935	4,68%	1.382	7,19%	8.317	83,38%
Adubo químico não-nitrogenado	846	0,57%	266	1,38%	1.112	76,08%
Esterco e/ou urina animal	20.395	13,77%	3.803	19,79%	24.198	84,28%
Adubação verde	465	0,31%	112	0,58%	577	80,59%
Vinhaça	14	0,01%	21	0,11%	35	40,00%
Húmus de minhoca	10	0,01%	13	0,07%	23	43,48%
Biofertilizantes	120	0,08%	39	0,20%	159	75,47%
Inoculantes (fixadores de nitrogênio)	19	0,01%	18	0,09%	37	51,35%
Composto orgânico	620	0,42%	184	0,96%	804	77,11%
Outros	108	0,07%	27	0,14%	135	80,00%
Usam - não precisaram usar em 2006	2.549	1,72%	297	1,55%	2.846	89,56%
Total com uso de adubação	26.486	17,89%	4.787	24,91%	31.273	84,69%
Total do Estado	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006)

4.3.6 Uso de irrigação

Segundo o Censo Agropecuários a irrigação é definida como:

(...) a prática de aplicar água, que não a da chuva, diretamente à superfície do solo cultivado com pastos ou culturas, em quantidades e intervalos determinados, com a finalidade de fornecer água às plantas em condições apropriadas ao seu crescimento e produção. (IBGE, 2006)

Na Paraíba, dos 11.419 estabelecimentos agropecuários com uso de irrigação, 74,64% são caracterizados como agricultura familiar e 25,36% de agricultura patronal, porém estes números quando confrontados com as áreas destes estabelecimentos, indicam que os estabelecimentos de agricultura familiar só detêm uma área com irrigação de 17.405 hectares, enquanto os de agricultura não familiar possuem uma área com irrigação de 41.279 hectares. Uma outra informação importante, é que do total do número de estabelecimentos de agricultura familiar do estado, apenas 5,76% apresentam uso de irrigação, enquanto do total de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar 15,07% detêm uso de irrigação em suas unidades de produção.

Neste ponto, serão tratadas as informações acerca do método utilizado para a irrigação, a orientação técnica nos estabelecimentos agropecuários com irrigação e a fonte de água utilizada por estas unidades de produção.

Assim, pode se dizer que na Paraíba, os métodos de irrigação mais utilizadas pelos estabelecimentos agropecuários familiares são a *aspersão (outros métodos)*, *outros métodos de irrigação e/ou molhação* e a *inundação*, pois do total de 8.523 estabelecimentos familiares que fazem uso de irrigação neste tipo de produção, 4.453, 1.920 e 1165 unidades apresentam estas práticas, respectivamente. A categoria *aspersão (outros métodos)* indica um método de irrigação com aspersores fixos ou móveis, exceto pivô central. Os *outros métodos de irrigação e/ou molhação* indicam regas manuais com o auxílio de regadores, mangueiras, baldes, latões, e outros métodos, ou, ainda, se não utilizou nenhum método de irrigação. Já a categoria *inundação*, funciona a partir do nivelamento do terreno para alagamento ou inundação da área de cultivo de determinadas lavouras. Já em relação a agricultura patronal, os métodos mais utilizados para irrigação são os mesmos da agricultura não familiar, porém em maior frequência. (ver tabela 15)

Tabela 15 - Método utilizado para irrigação, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Método utilizado para irrigação	Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar (Unidades)		Participação do número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Inundação	1165	0,79%	347	1,81%	1.512	77,05%
Sulcos	703	0,47%	176	0,92%	879	79,98%
Aspersão (pivô central)	0	0,00%	29	0,15%	29	0,00%

Aspersão (outros métodos)	4.453	3,01%	1.774	9,23%	6.227	71,51%
Localizado (gotejamento, microaspersão, etc.)	661	0,45%	327	1,70%	988	66,90%
Outros métodos de irrigação e/ou molhação	1.920	1,30%	442	2,30%	2.362	81,29%
Total com uso de irrigação	8.523	5,76%	2.896	15,07%	11.419	74,64%
Total do Estado	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.3.7 Tipo de força de tração animal e/ou mecânica

No que se refere a este ponto, dos 148.069 estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, 52,18% apresentam algum tipo de força de tração animal e/ou mecânica, dos quais 43.473 unidades apresentam força de tração animal, 16.598 utilizam força de tração mecânica e 17.187 utilizam os dois tipos de força de tração. Na agricultura patronal, dos 19.217 estabelecimentos agropecuários, 64,20% utilizam algum tipo de força de tração, em que 6.049 são de força de tração animal, 2.506 de força de tração mecânica e 3.783 utilizam as duas forças de tração (veja tabela 16)

Tabela 16 - Tipo de força de tração animal e/ou mecânica, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de força de tração animal e/ou mecânica	Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar (Unidades)		Participação do número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Animal	43.473	29,36%	6.049	31,48%	49.522	87,79%
Mecânica	16.598	11,21%	2.506	13,04%	19.104	86,88%
Animal e mecânica	17.187	11,61%	3.783	19,69%	20.970	81,96%
Total com força de tração animal e/ou mecânica	77.258	52,18%	12.338	64,20%	89.596	86,23%
Total do Estado	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.3.8 Uso de energia elétrica

Na tabela abaixo, aborda-se o tipo de fonte de energia elétrica dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar e não familiar do estado paraibano. Inicialmente, deve-se destacar que 81,50% dos estabelecimentos familiares paraibanos detém energia elétrica em suas unidades de produção. A fonte desta energia elétrica, na agricultura familiar, provém em maioria de fontes externas compradas, pois dos 120.671 estabelecimentos familiares que possuem energia elétrica, 93,68% unidades recorrem a esta fonte. Na agricultura não familiar, a principal fonte também é a externa comprada. (veja Tabela 17)

Tabela 17 - Tipo de fonte de energia elétrica, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de fonte de energia elétrica	Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar (Unidades)		Participação do número de estabelecimentos agropecuários, de agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Externa - comprada	113.045	76,35%	14.545	75,69%	127.590	88,60%
Externa - obtida por cessão	7.561	5,11%	929	4,83%	8.490	89,06%
Gerada no estabelecimento - por energia solar	39	0,03%	6	0,03%	45	86,67%
Gerada no estabelecimento - pelo vento (eólica)	8	0,01%	5	0,03%	13	61,54%
Gerada no estabelecimento - por energia hidráulica	47	0,03%	6	0,03%	53	88,68%
Gerada no estabelecimento - por queima de combustíveis	58	0,04%	13	0,07%	71	81,69%
Outra forma	28	0,02%	4	0,02%	32	87,50%
Total com uso de energia elétrica	120.671	81,50%	15.484	80,57%	136.155	88,63%
Total do Estado	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.3.9 Financiamento

Ao tratar dos financiamentos obtidos pelos estabelecimentos agropecuários da Paraíba, serão relatadas as informações acerca da finalidade do financiamento e dos agentes financeiros responsáveis pelo financiamento. É importante destacar neste ponto que, do total de

estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar da Paraíba, apenas 15,17% obtiveram algum financiamento, enquanto do total de estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar, 12,37% retiraram algum tipo de contribuição.

A tabela abaixo apresenta os números referentes à obtenção de financiamento no ano de 2006 no estado da Paraíba: 22.466 estabelecimentos familiares praticaram a captação de recursos, sendo o investimento a principal finalidade (17.205 estabelecimentos), seguido da finalidade de custeio (2.890 estabelecimentos), além da comercialização (580) e manutenção do estabelecimento (2.460). Por outro lado, o Censo Agropecuário 2006 registrou mais de 125,6 mil estabelecimentos da agricultura familiar que não obtiveram financiamento, especialmente porque "não precisaram" ou por "medo de contrair dívidas". (IBGE, 2006) A agricultura não familiar teve 2.378 estabelecimentos obtendo financiamento, do seu total de 19.217, pode-se assim dizer que em proporção do número de estabelecimentos agropecuários, este tipo de produção apresentou menos financiamentos que a agricultura familiar. (ver Tabela 18)

Tabela 18 - Finalidade do financiamento segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Finalidade do financiamento	Número de estabelecimentos de agricultura familiar (Unidades)		Número de estabelecimentos de agricultura não familiar (Unidades)		Participação Número de estabelecimentos de agricultura familiar (Unidades) sobre o total de estabelecimentos agropecuários no Estado da Paraíba (Unidades)	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Investimento	17205	11,62%	1773	9,23%	18.978	90,66%
Custeio	2.890	1,95%	396	2,06%	3.286	87,95%
Comercialização	580	0,39%	73	0,38%	653	88,82%
Manutenção do estabelecimento	2.460	1,66%	241	1,25%	2.701	91,08%
Total com financiamento	22.466	15,17%	2.378	12,37%	24.844	90,43%
Total do Estado	148.069	100,00%	19.217	100,00%	167.286	88,51%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

Ao identificar os valores financiados, a partir das categorias de tipo de agricultor pronaiano e do produtor patronal, deve-se primeiro conceituar as categorias de tipos de beneficiários, segundo o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar). Assim, pode-se definir as categorias da seguinte forma:

“Grupo A: agricultores assentados da reforma agrária que, com a extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), passaram a ser atendidos pelo PRONAF. [...] Grupo B: agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00. Esse grupo inclui as famílias rurais com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção no curto prazo localizadas em regiões com concentração de pobreza rural. [...] Grupo C: agricultores familiares com renda bruta anual atual entre R\$ 2.000,00 a R\$14.000,00, que apresentem explorações intermediárias com bom potencial de resposta produtiva. [...] Grupo D: agricultores estabilizados economicamente com renda bruta anual entre R\$14.000,00 e R\$40.000,00 ” (SCHNEIDER ET AL, 2004, p.5).

A partir destas conceituações, pode-se notar que o tipo de beneficiário que mais obteve recursos, em relação ao total financiado no estado paraibano, foram os agricultores familiares tipo D, pois dos 91.949 mil reais destinados para os estabelecimentos agropecuários paraibanos, 34,87%, foram alocados para este segmento, seguido de 27,87% para a agricultura não familiar, 18,64% para o agricultor familiar do tipo B, 9,69% para o agricultor familiar do tipo A e por último 9,03% para o agricultor do tipo C. (ver Tabela 19)

Tabela 19 - Financiamento por tipo de agricultor pronafiano, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de Agricultor	Valor dos financiamentos obtidos pelos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar (Mil Reais)	
	(n)	(%)
Familiar - tipo A	8910	9,69%
Familiar - tipo B	17135	18,64%
Familiar - tipo C	8.302	9,03%
Familiar - tipo D	31.980	34,78%
Agricultor não familiar	25.622	27,87%
Total do Estado	91.949	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.3.10 Investimento

Com base nos dados da tabela abaixo, pode-se entender que do total de 31.130 estabelecimentos agropecuários paraibanos que investiram, 82,21% são de agricultura familiar e apenas 17,78% de agricultura patronal. Outra informação importante, é que do total de 148.069 estabelecimentos familiares do estado da Paraíba, apenas 17,28% investiram em alguma das categorias abaixo. Em relação aos valores investidos na agropecuária paraibana, dos 136.696 mil reais investidos, 53,97% foram alocados na agricultura familiar e 46,03% foram investidos na agricultura patronal.

Os tipos de investimentos mais utilizados pelos estabelecimentos familiares são a compra de bens imóveis e a compra de animais para reprodução e/ou trabalho, pois em relação ao número de estabelecimentos, das 25.594 unidades de produção familiar que investiram, 11.331 e 9.619 estabelecimentos investiram nestas categorias, respectivamente. Em relação ao valor dos investimentos, dos 73.776 mil reais investidos na agricultura familiar paraibana, 25.527 mil reais foram investidos em bens imóveis e 23.721 mil reais investiram em compra de animais para reprodução e/ou trabalho. A agricultura patronal também tem estas duas categorias como os principais destinos dos seus investimentos, tanto em termos de número de estabelecimentos, como também em relação aos valores (ver Tabela 20).

Tabela 20 - Tipo de investimento, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de investimento	Número de estabelecimentos de agricultura (Unidades)		Número de estabelecimentos de agricultura não familiar (Unidades)		Valor dos investimentos nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Mil reais)		Valor dos investimentos nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Mil reais)	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Terras adquiridas	1.027	0,69%	241	1,25%	6.832	5,00%	8.430	6,17%
Bens imóveis (prédios, instalações e benfeitorias)	11.331	7,65%	2.669	13,89%	25.527	18,67%	18.954	13,87%
Novas culturas permanentes	1379	0,93%	376	1,96%	1.459	1,07%	2006	1,47%
Novas matas plantadas	144	0,10%	46	0,24%	190	0,14%	345	0,25%
Novas pastagens	3118	2,11%	1021	5,31%	3544	2,59%	4381	3,20%
Veículos novos	444	0,30%	120	0,62%	2034	1,49%	3901	2,85%
Veículos usados	2328	1,57%	497	2,59%	7786	5,70%	2761	2,02%

Tabela 20 - Tipo de investimento, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de investimento	Número de estabelecimentos de agricultura (Unidades)		Número de estabelecimentos de agricultura não familiar (Unidades)		Valor dos investimentos nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Mil reais)		Valor dos investimentos nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Mil reais)	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Máquinas e implementos novos	862	0,58%	218	1,13%	436	0,32%	2859	2,09%
Máquinas e implementos usados	1190	0,80%	309	1,61%	784	0,57%	696	0,51%
Tratores novos	9	0,01%	25	0,13%	329	0,24%	3012	2,20%
Tratores usados	160	0,11%	153	0,80%	1135	0,83%	1952	1,43%
Compra de animais para reprodução e/ou trabalho	9619	6,50%	1955	10,17%	23721	17,35%	13623	9,97%
Total investimento	25.594	17,29%	5.536	28,81%	73.776	53,97%	62.920	46,03%
Total do Estado	148.069	100,00%	19.217	100,00%	136.696	100,00%	136.696	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.4 Produção Agropecuária

4.4.1 Produção Agrícola

Em se tratando de agricultura familiar no estado da Paraíba, as lavouras temporárias representam 91,89% de sua produção, tendo como principais culturas as forrageiras para corte, com 1.152.024 toneladas, a cana de açúcar com 427.225 toneladas, feijão com 89.289 toneladas e mandioca com 78.793 toneladas. Já as lavouras permanentes neste tipo de produção familiar, representam 8,11% do total produzido, tendo como principal produto a banana com 114.534 toneladas, coco da baía com 14.402 toneladas, a laranja com 13.085 toneladas e a agave, sisal com 10.452 toneladas. Analisando os dois tipos de lavouras em conjunto, nota-se que das 2.037.599 toneladas produzidas pela agricultura familiar no ano de 2006 na Paraíba, a cultura

mais produzida pelos estabelecimentos familiares é a de forrageiras para corte com 51,95%, seguido de cana de açúcar com 19,27% e milho em grão com 7,74%.

A agricultura patronal apresentou 97,00% de sua produção de lavoura temporária e somente 3% de lavoura permanente, suas principais culturas foram a cana de açúcar com 91,89% do total produzido, banana com 1,48% e forrageiras para corte com 1,47%.

Em relação a área plantada, dentre os dados disponíveis, na agricultura familiar as culturas que apresentaram as maiores áreas plantadas foram milho, feijão e mandioca. Na agricultura patronal as maiores áreas plantadas ficaram com as culturas de cana de açúcar, milho e feijão. (ver Tabela 21)

Tabela 21 - Produção Agrícola nos estabelecimentos agropecuários do Estado da Paraíba, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar

Produtos	Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Toneladas)	Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Toneladas)	Área plantada nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Hectares)	Área plantada nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Hectares)
Produtos Lavoura permanente				
Agave, sisal	10.452	17.067	1.462	1.934
Banana	114.534	51.183	7461	2856
Cajú	6.555	1.051	3648	747
Coco-da-baía	14.402	14.480	1501	2652
Manga	635	1.042	371	1186
Laranja	13.085	1.947	1359	257
Mamão	3.933	9.866	193	189
Maracujá	2.636	946	522	195
Tangerina, bergamota, mexerica	6.792	752	464	57
Outros	6.732	5.235	1634	897
Sub-Total	179.756	103.569	18.615	10.970
Produtos Lavoura temporária				
Abacaxi	34.417	34016	-	-
Arroz em casca	29.088	2.654	12.436	1.372
Cana-de-açúcar	427.225	3.173.129	12.506	67.674
Fava em grão	8221	659	-	-

Tabela 21 - Produção Agrícola nos estabelecimentos agropecuários do Estado da Paraíba, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar

Produtos	Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Toneladas)	Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Toneladas)	Área plantada nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Hectares)	Área plantada nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Hectares)
Feijão em grão	89289	12444	225706	25372
Feijão verde	17.530	3.177	-	-
Forrageiras para corte	1152024	50779	-	-
Mandioca	78.793	13.621	18.782	1.536
Milho em grão	171.656	30.496	304.338	38.660
Outros	29356	28509	-	-
Sub-Total	2.037.599	3.349.484	-	-
Total do Estado	2.217.355	3.453.053	-	-

*Não consta alguns valores de área plantada para algumas culturas, devido à falta de dados disponíveis no Censo Agropecuário de 2006.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.4.2 Produtividade da produção agrícola nos estabelecimentos agropecuários do estado da Paraíba

Em relação a produtividade dos estabelecimentos de agricultura familiar, dentre os dados disponíveis, as culturas mais produtivas são a cana de açúcar, o mamão, a banana e a tangerina. No que diz respeito a agricultura patronal, as culturas mais produtivas são as mesmas da agricultura familiar, se diferenciando no montante dos números, em que a patronal se mostra mais produtiva que a familiar. (ver tabela 22)

Tabela 22 - Produtividade agrícola nos estabelecimentos agropecuários do Estado da Paraíba, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar - FAO

Produtos	Produtividade nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Toneladas/Hectares)	Produtividade nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Toneladas/Hectares)
Produtos Lavoura permanente		
Agave, sisal	7,15	8,82
Banana	15,35	17,92
Cajú	1,80	1,41
Coco-da-baía	9,59	5,46

Tabela 22 - Produtividade agrícola nos estabelecimentos agropecuários do Estado da Paraíba, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar - FAO

Produtos	Produtividade nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Toneladas/Hectares)	Produtividade nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Toneladas/Hectares)
Manga	1,71	0,88
Laranja	9,63	7,58
Mamão	20,38	52,20
Maracujá	5,05	4,85
Tangerina, bergamota, mexerica	14,64	13,19
Outros	4,12	5,84
Sub-Total	9,66	9,44
Produtos Lavoura temporária		
Abacaxi	-	-
Arroz em casca	2,34	1,93
Cana-de-açúcar	34,16	46,89
Fava em grão	-	-
Feijão em grão	0,40	0,49
Feijão verde	-	-
Forrageiras para corte	-	-
Mandioca	4,20	8,87
Milho em grão	0,56	0,79
Outros	-	-
Sub-Total	-	-
Total do Estado	-	-

*Não consta alguns valores de área plantada para algumas culturas, devido à falta de dados disponíveis no Censo Agropecuário de 2006, assim não se pode obter o valor da produtividade para estas culturas.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.4.3 Produção pecuária

Em relação a pecuária paraibana, nos estabelecimentos de agricultura familiar, a principal espécie de efetivo encontrada é a de aves em que do total de 148.069 unidades familiares, 70,25% detém este animal em sua produção, e do total de 4.567.307 cabeças abatidas pela agricultura familiar na Paraíba, 69,38% foram aves. Os bovinos são a segunda espécie mais encontrada nas unidades de produção familiar, pois estes são encontrados em 53,39% do total de estabelecimentos familiares, além de representarem 8,14% do total de cabeças abatidas na agricultura familiar.

Nas unidades de produção patronal, as principais espécies de efetivo também são as aves e os bovinos, tendo os bovinos uma parcela maior neste tipo de produção, do que na agricultura familiar (ver Tabela 23).

Tabela 23 - Espécie de efetivo na pecuária, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Espécie de efetivo	Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar (Unidades)		Número de cabeças em estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Cabeças)		Número de cabeças em estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Cabeças)	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Bovinos	79.061	53,39%	12.963	67,46%	739.556	16,19%	614.901	8,14%
Bubalinos	7	0,00%	13	0,07%	328	0,01%	231	0,00%
Equinos	15.956	10,78%	5.290	27,53%	26.191	0,57%	20.886	0,28%
Asininos	28.155	19,01%	4.196	21,83%	38.307	0,84%	8.266	0,11%
Muare	8.782	5,93%	2.645	13,76%	10.850	0,24%	4.786	0,06%
Caprinos	18.520	12,51%	3392	17,65%	252.136	5,52%	209265	2,77%
Ovinos	15892	10,73%	3934	20,47%	246309	5,39%	196280	2,60%
Suínos	24717	16,69%	3333	17,34%	83428	1,83%	22569	0,30%
Aves	104017	70,25%	14893	77,50%	3168969	69,38%	6478773	85,72%
Coelhos	157	0,11%	60	0,31%	1233	0,03%	1747	0,02%
Total do Estado	148.069	100,00%	19.217	100,00%	4.567.307	100,00%	7.557.704	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.5 Valor da Produção e Receitas Obtidas

4.5.1 Valor da produção agrícola

Na agricultura familiar o valor da produção agrícola correspondeu total de 564.640 mil reais, dos quais 253.421 mil reais são de lavouras permanentes e 311.219 mil reais de lavouras temporárias, tendo como principais culturas a banana, a o milho e a cana de açúcar. Já a agricultura patronal obteve um valor da produção inferior ao do familiar, com um total de 351.729 mil reais, sendo 131.169 mil reais de lavouras permanentes e 220.560 de lavouras temporárias, tendo com principais culturas a cana de açúcar, a banana e a laranja (ver Tabela 24).

Tabela 24 - Valor da produção agrícola nos estabelecimentos agropecuários do Estado da Paraíba, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar

Produtos	Valor da produção nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Mil reais)	Valor da produção nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Mil reais)
Produtos Lavoura permanente		
Agave, sisal	7.377	10.738
Banana	155.496	79.307
Cajú	3.298	531
Coco-da-baía	25.835	9.731
Manga	6.198	654
Laranja	27.814	21.771
Mamão	17.648	4.773
Maracujá	2.111	612
Tangerina, bergamota, mexerica	2.037	227
Outros	5.607	2.825
Sub-Total	253.421	131.169
Produtos Lavoura temporária		
Abacaxi	12.973	11202
Arroz em casca	15.573	1.721
Cana-de-açúcar	40.602	166.685
Fava em grão	10087	880
Feijão em grão	77857	10219
Feijão verde	13.625	2.477
Forrageiras para corte	46017	4726
Mandioca	18.635	3.221
Milho em grão	63.889	12.132
Outros	11.961	7.297
Sub-Total	311.219	220.560
Total do Estado	564.640	351.729

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.5.2 Valor da produção pecuária

Os únicos dados disponíveis indicam que o valor da produção pecuária dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, no ano de 2006 na Paraíba, foram de 231.630.336 mil reais e o valor da produção pecuária dos estabelecimentos patronais foi de 249.467.450 mil reais. O valor da produção dos estabelecimentos patronais é superior ao da

agricultura familiar, pela maior parcela de produção de bovinos, que tem maior preço agregado no mercado.

4.5.3 Receitas obtidas

A maioria das receitas obtidas foram provenientes da produção vegetal, seguida por animais e seus produtos, tanto na agricultura familiar, pois 50,06% e 35,36% do total de receitas da produção familiar correspondem a estas categorias, respectivamente, como também na agricultura patronal, em que 56,71% e 36,26% do total das receitas representam tais categorias. (ver Tabela 25)

Tabela 25 - Receitas obtidas, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de receita	Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos de agricultura familiar no ano (Mil Reais)		Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos de agricultura não familiar no ano (Mil Reais)		Participação do número de estabelecimentos agropecuários, de agricultura familiar sobre o total de estabelecimentos agropecuários no Estado da Paraíba (Unidades)	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Produtos vegetais	624459	50,06%	339556	56,71%	964015	64,78%
Animais e seus produtos	441116	35,36%	217105	36,26%	658221	67,02%
Animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros)	156192	12,52%	715	0,12%	156907	99,54%
Húmus	650	0,05%	11	0,00%	661	98,34%
Esterco	5	0,00%	1708	0,29%	1713	0,29%
Atividades de turismo rural no estabelecimento	183	0,01%	350	0,06%	533	34,33%
Exploração mineral	210	0,02%	1313	0,22%	1523	13,79%
Produtos da agroindústria	552	0,04%	10.597	1,77%	11149	4,95%
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros	17.999	1,44%	1629	0,27%	19628	91,70%

Tabela 25 - Receitas obtidas, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de receita	Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos de agricultura familiar no ano (Mil Reais)		Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos de agricultura não familiar no ano (Mil Reais)		Participação do número de estabelecimentos agropecuários, de agricultura familiar sobre o total de estabelecimentos agropecuários no Estado da Paraíba (Unidades)	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Prestação de serviço para empresas integradoras	1819	0,15%	25173	4,20%	26992	6,74%
Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.)	4152	0,33%	645	0,11%	4797	86,55%
Total do Estado	1.247.337	100,00%	598.802	100,00%	1.846.139	67,56%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.6 Pessoal Ocupado

4.6.1. Principais aspectos em relação ao pessoal ocupado

Neste ponto, observa-se que a maioria das pessoas que vivem da agricultura familiar residem em seu próprio estabelecimento e sabem ler e escrever, pois estas categorias compreendem 68,10% e 55,36% do total de seu pessoal ocupado. Na agricultura patronal este perfil se mantém, sendo a parcela dos que residem no próprio estabelecimento inferior ao da agricultura familiar e a parcela dos que sabem ler e escrever é superior a parcelas das unidades familiares. (ver tabela 26)

Tabela 26 - Principais aspectos em relação ao pessoal ocupado, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Principais aspectos em relação ao pessoal ocupado	Pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas)		Pessoal ocupado na agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas) sobre o total do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários (Pessoas)	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Residiam no estabelecimento	295.985	68,10%	29.712	53,36%	325.697	90,88%
Sabiam ler e escrever	192.513	44,29%	25.199	45,26%	217.712	88,43%

Tabela 26 - Principais aspectos em relação ao pessoal ocupado, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Principais aspectos em relação ao pessoal ocupado	Pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas)		Pessoal ocupado na agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas) sobre o total do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários (Pessoas)	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Recebiam salário	10.604	2,44%	3.133	5,63%	13.737	77,19%
Tinham qualificação profissional	2.375	0,55%	1.342	2,41%	3.717	63,90%
Trabalhavam somente em atividades não-agropecuárias	5.574	1,28%	1.176	2,11%	6.750	82,58%
Total	434.636	100,00%	55.681	100,00%	490.317	88,64%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006)

4.6.2 Tipo de mão de obra

Nos estabelecimentos de agricultura familiar, o maior tipo de mão de obra é a exclusivamente familiar, pois 74,74% do pessoal ocupado neste tipo de produção familiar corresponde a esta categoria. Ainda em relação a agricultura familiar, a segunda categoria mais frequente é a de mão de obra familiar e empregado temporário, com 15,95% do total das pessoas ocupadas. Este panorama se altera na agricultura patronal, a categoria mais frequente é a mão de obra familiar com empregado temporário e permanente, em que 33,34% do seu total de pessoal ocupado se insere. Isto se torna claro, quando se entende que a essência do trabalho patronal, está na mão de obra assalariada. (Ver tabela 27)

Tabela 27 - Tipo de mão de obra, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de mão-de-obra	Pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas)		Pessoal ocupado na agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do pessoal ocupado na agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Só mão-de-obra familiar	324.865	74,74%	9.579	17,20%	334.444	97,14%
Mão-de-obra familiar e empregado temporário	69.345	15,95%	8.145	14,63%	77.490	89,49%

Tabela 27 - Tipo de mão de obra, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Tipo de mão-de-obra	Pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas)		Pessoal ocupado na agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do pessoal ocupado na agricultura familiar	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Mão-de-obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	10.136	2,33%	18.565	33,34%	28.701	35,32%
Mão-de-obra familiar e serviço de empreitada	5.882	1,35%	343	0,62%	6.225	94,49%
Mão-de-obra familiar e demais combinações	24.408	5,62%	6.620	11,89%	31.028	78,66%
Não identificado	0	0,00%	12.429	22,32%	12.429	0,00%
Total	434.636	100,00%	55.681	100,00%	490.317	88,64%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

4.6.3 Forma de mão de obra

A forma de mão de obra mais frequente nos estabelecimentos familiares é a de pessoal ocupado familiar – com 14 anos e mais de idade, tendo 82,86 % do total de pessoal ocupado na produção familiar inserido nesta categoria. Na agricultura patronal a maior parcela também corresponde a esta categoria de pessoal ocupado familiar – com 14 anos e mais de idade, porém em uma frequência menor, devido a maior participação do trabalho temporário e permanente. (ver Tabela 28)

Tabela 28 - Forma de mão de obra, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no estado da Paraíba

Forma de mão-de-obra	Pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas)		Pessoal ocupado na agricultura não familiar (Pessoas)		Participação do pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas) sobre o total do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários (Pessoas)	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
Pessoal ocupado familiar - com 14 anos e mais de idade	360.147	82,86%	23.432	42,08%	383.579	93,89%
Pessoal ocupado familiar - com menos de 14 anos de idade	24.912	5,73%	1.034	1,86%	25.946	96,01%
Pessoal ocupado familiar que recebia salários - com 14 anos e mais de idade	6.853	1,58%	6.795	12,20%	13.648	50,21%
Pessoal ocupado familiar que recebia salários - com menos de 14 anos de idade	49	0,01%	40	0,07%	89	55,06%
Empregados permanentes	4.416	1,02%	13.584	24,40%	18.000	24,53%
Empregados temporários	43.379	9,98%	15.930	28,61%	59.309	73,14%
Parceiros (empregados)	946	0,22%	576	1,03%	1.522	62,16%
Outra condição	836	0,19%	1.125	2,02%	1.961	42,63%
Total	434.636	100,00%	55.681	100,00%	490.317	88,64%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário (2006)

5. CONCLUSÃO

Definindo a agricultura familiar como uma unidade de produção dirigida pelo próprio arrendatário ou proprietário, apresentando um alto grau de integração entre o trabalho e a gestão dos estabelecimentos, onde este tipo de produção tem ênfase na diversificação de produtos, qualidade de vida e utilização de práticas sustentáveis e onde o seu maior objetivo é a própria subsistência da família, tendo assim o trabalho assalariado apenas como uma prática complementar.

Baseando-se na problemática proposta neste estudo, foram buscadas as principais características da agricultura familiar na Paraíba, segundo o Censo Agropecuário de 2006, e como estas influenciam na produção e no emprego do setor agropecuário do estado. Assim, apoiados nos teóricos que entendem a agricultura familiar como uma produção camponesa, foi traçado um perfil da agricultura familiar paraibana, confrontando com as diferenças entre a agricultura patronal e identificando a importância deste segmento para o desenvolvimento do rural paraibano.

A importância da agricultura familiar para o estado paraibano, tratando-se da produção agropecuária e geração de emprego, é atestada em números quando se diz que 39,10% do total da quantidade produzida pelo setor agrícola do estado é proveniente da produção familiar, como também 37,66% do total das cabeças abatidas pelo setor pecuário são provenientes deste modo de produção. Em relação ao pessoal ocupado, notou-se que 88,64% do total de pessoas ocupadas no setor agropecuário na Paraíba trabalham na agricultura familiar. Por mais que estes dados sejam positivos em relação ao estado como um todo, a agricultura familiar enfrenta problemas em sua base técnica, com baixas frequências de uso de irrigação, adubação, máquinas e implementos, tratores, dentre outras dificuldades como baixa escolaridade e falta de financiamento.

A fim de chegar a este perfil, inicialmente, foi identificado na estrutura fundiária da Paraíba, uma concentração de terras em relação aos estabelecimentos de agricultura familiar, pois 92,01% das 147.266 unidades de produção assumem este modo de produção, e estes somente ocupam 54,97% da área total de estabelecimentos agropecuários do Estado. Já em relação as características do produtor, notou-se que a maioria dos produtores das unidades de produção familiares são homens, proprietários de seus próprios estabelecimentos, apresentam classe de idade de 65 anos ou mais, não sabem ler nem escrever e estão à frente dos seus estabelecimentos a 10 anos ou mais.

A base técnica da produção familiar na Paraíba, está resumida em uma maioria de estabelecimentos agropecuários que não receberam orientação técnica, que pouco utilizaram máquinas e implementos agrícolas, que apresentaram em sua produção poucas unidades com tratores, uso de agrotóxico, uso de adubação e uso de irrigação, que tem por principal força de tração a animal, e a principal fonte de energia elétrica é a externa comprada. Em se tratando de financiamento, a principal finalidade foi o investimento e o principal tipo de agricultor é o familiar tipo D. No quesito investimento, bens imóveis (prédios, instalações e benfeitorias) e compra de animais para reprodução e/ou trabalho foram os principais tipos segundo o Censo Agropecuário de 2006.

O perfil familiar da produção agropecuária indicou que a maior parte da produção provém de lavouras temporárias, tendo como principal produto as forrageiras para corte, tendo também como a cultura com maior área plantada o milho em grão. A maior produtividade entre as culturas produzidas pelas unidades familiares é a da cultura da cana de açúcar. Na produção pecuária a espécie de efetivo mais encontrada são as aves e os bovinos. Uma outra informação relevante é que as lavouras temporárias apresentam a maior parcela na utilização das terras do estado paraibano. Analisando o valor da produção, notou-se que em relação a produção agrícola familiar a banana é uma cultura em destaque, produzindo o maior valor bruto, na pecuária, o montante do valor da produção das unidades familiares foi inferior ao da agricultura patronal e para finalizar este ponto, dentre as receitas, o principal montante foi obtido através da produção vegetal.

Para finalizar este perfil é necessário abordar os resultados acerca da análise do pessoal ocupado nos estabelecimentos familiares paraibanos. Assim, pode-se dizer que o principal aspecto sobre o pessoal ocupado é que a maioria das pessoas do meio rural paraibano residem no seu próprio estabelecimento. Além disto, os principais tipo e forma de mão de obra é a exclusivamente familiar e o pessoal ocupado familiar - com 14 anos e mais de idade.

Logo, com este perfil traçado se faz necessário a atenção para as demandas deste segmento que ainda não foram atendidas pelo governo, através de políticas públicas. Estas devem acompanhar maior participação dos produtores familiares, para que assim, entendendo a sua essência no campesinato, possam garantir resultados efetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.22, n.1, p.53-66, jan/abr. 2005

AMARANTE, José Carlos Araújo. **Políticas Agrárias Na Paraíba De 1995 A 2012**. 2015. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ANDRADE, Marcelo Marinho Lacerda. **Agricultura familiar na região Nordeste**. 2011. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas – Ece, Rio de Janeiro, 2011.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: < <http://portal.mda.gov.br/o/1635683> > Acesso em: 02 fev. 2015.

BACEN – Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1> Acesso em: jun. 2015.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **Geosp-espaco e Tempo**, São Paulo, v. 1, n. 14, p.107-113, 2003. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp14/Geosp_14_Bombardi.htm>. Acesso em: 01 maio 2015.

BRASIL. Presidente da República. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Lei da Agricultura Familiar**. Diário Oficial da União, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, Veronica (Org.). **Questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CHAYANOV, Alexander. **A teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. 1924. Disponível em: <
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>> Acesso em mai. 2015.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Disponível em:<
<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=263&nw=1>>
 Acesso em jun.2015.

COSTA, Francisco de Assis. O investimento na economia camponesa: considerações teóricas. **Revista de Economia Política**, Belém - Pa, v. 1, n. 15, p.83-99, jan-mar, 1995. Trimestral. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/57-5.PDF>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

FAO/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília, 1995.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2015.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

GERARDI, Lúcia H. O.; SALOMONI, Giancarla. **Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov**. São Paulo, Fapesp, 1994. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal4/Teoriaymetodo/Conceptuales/04.pdf>> Acesso em mar. 2016

GRISA, Catia et. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. SEMINÁRIO TEMÁTICO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA). Action Brasil. Juazeiro-BA, v. 24, 2012.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

HOFFMAN, R. **Estatística para economistas**. 4 Edição revisada e ampliada. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996
_____. **Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA, 2000.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: UNICAMP, 1998.

MDS. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: Renda para quem produz e comida para quem precisa!** 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FI_NAL.pdf> Acesso em ago. 2015.

MIRALHA, Wagner. Questão Agrária Brasileira: origem, e a necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**, FCT/UNESP Presidente Prudente, v. 08, p. 151-172, 2006.

MOREIRA, Roberto José. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 57-88, dez. 2009.

MTE Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://granulito.mte.gov.br/portalproger/pages/programaslinhasdecredito/progerrural.xhtml>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In:

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004. p. 21-49.

SILVA, Pablo Melquisedec Souza e. **Campesinato: agroecologia e convivência com o semiárido em Solânea-PB**. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Cap. 2.

SILVA, José Ribeiro; JESUS, Paulo. **Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil**. In: V CONNEPI-2010. 2010.

TARGINO, I; COUTO, Alberto Ilha. Política de crédito e endividamento de trabalhadores assentados: o caso da Zona da Mata Paraibana. **Emancipação** (UEPG), v.7, p.135-164, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. Unicamp, Departamento de Ciências Sociais, 1989.